

Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva,  
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,  
Rui Santos e Fernando Magalhães (orgs.)

**REDES E PARCERIAS  
EM TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS**  
Mediação Intercultural  
e Intervenção Social



**Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva,  
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,  
Rui Santos e Fernando Magalhães  
(Orgs.)**

**REDES E PARCERIAS  
EM TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS**  
**Mediação Intercultural  
e Intervenção Social**



Centro Interdisciplinar  
de Ciências Sociais  
CICS.NOVA/FLUP



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



Associação  
Nacional de  
Interculturalidade  
e Intervenções  
Sociais

Edições Afrontamento

**Título:** Redes e Parcerias em Territórios e Municípios: Mediação Intercultural e Intervenção Social

**Organizadores:** Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Santos, Fernando Magalhães

© 2024, Autores

**Revisão:** Ana Arqueiro

**Capa:** Edições Afrontamento / Departamento gráfico

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda.

Rua de Santa Catarina, 895, 2.º D.º – 4000-455 – Porto

[www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt)

**Coleção:** Textos / 204

**N.º edição:** 2255

**ISBN:** 978-972-36-2098-6

**Depósito legal:** 540189/24

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira  
[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Distribuição:** Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.  
[Comercial@companhiadasartes.pt](mailto:Comercial@companhiadasartes.pt)

Dezembro de 2024

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

## ÍNDICE

Introdução.....	7
Capítulo 1.....	15
Redes e coesão territorial <i>Ana Abrunhosa</i>	
Capítulo 2.....	21
Leiria & Oeste: um ecossistema que desafia convenções e reinventa o futuro <i>Agostinho da Silva, Isabel Duarte de Almeida, Carlos Rabadão</i>	
Capítulo 3.....	33
Poder local e revisão constitucional: a questão das áreas metropolitanas <i>Mário Simões Barata</i>	
Capítulo 4.....	43
Territórios municipais: uma ação social mediadora <i>Ana Rita Fonseca, Rui Duarte Santos, Cristóvão Margarido, Ana Filipa Soledade</i>	
Capítulo 5.....	51
Museu de cocriação comunitária de Ferreiros de Tendais <i>Joana Faria, Rui Duarte Santos, Ricardo Pocinho</i>	
Capítulo 6.....	61
O dar e o receber – diferentes perceções do apoio social <i>Márcio José Sol Pereira Oliveira, Tânia Cristina Simões Matos Santos, Marlene Filipa da Natividade e Sousa</i>	
Capítulo 7.....	81
Espaço público e subjetividades políticas: práticas coletivas na transformação do quotidiano urbano <i>Patrícia Pereira</i>	
Capítulo 8.....	93
A mediação intercultural na promoção da saúde na comunidade cigana: estudo de caso <i>Mónica Gameiro, Rui Duarte Santos, Emanuel Margarido</i>	
Capítulo 9.....	105
Mediação municipal e intercultural: o que nos dizem os técnicos <i>Rosa Novo, Carla Pedroso de Lima, Ana Prada</i>	

ção Intercultural e Intervenção Social  
Silva, Ana Maria Vieira, Cristóvão

to  
ontamento.pt

ria da Feira

la.

CT – Fundação para a Ciência e a  
ICS.NOVA – Centro Interdisciplinar

Capítulo 10.....	115
Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES): reforma do ensino superior através da encruzilhada entre direito, prática e transformação <i>Luciano Almeida</i>	
Capítulo 11.....	135
Reflexão sobre a construção de um doutoramento internacional em rede <i>Ricardo Vieira, José Carlos Marques, Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Fernando Magalhães</i>	
Capítulo 12.....	145
Ação social e desenvolvimento comunitário nos territórios raianos do interior português <i>Miguel Bento</i>	
Capítulo 13.....	153
Crianças em risco e/ou perigo: participação, dinâmicas e responsabilização das comunidades locais na sua proteção <i>Manuel Menezes</i>	
Capítulo 14.....	167
A desprofissionalização do serviço social. A influência do poder local na reconfiguração da intervenção social <i>Gonçalo Mota</i>	
Capítulo 15.....	181
Trabalho em rede nas organizações de intervenção social: os serviços partilhados como estratégia de cooperação <i>Nelson Costa, Cristóvão Margarido, Emanuel Margarido</i>	
Capítulo 16.....	189
Da relação entre a formação e o trabalho à entropia intercultural: desconstruindo o Programa Qualifica <i>Miguel Correia</i>	
Capítulo 17.....	205
A importância do trabalho em rede para a garantia de direitos da população migrante em territórios fronteiriços <i>Alex Fabiano de Toledo, Ineiva Terezinha Kreutz</i>	
Capítulo 18.....	219
Partilha de experiências no acolhimento de migrantes em contexto escolar: o contributo da educação social <i>Dário Filipe Gomes, Ana Maria Cabral, Cátia Magalhães, Deibe Fernández-Simo</i>	
Capítulo 19.....	233
Trabalho em rede nas escolas: os TEIP, os GAAP e as políticas de discriminação positiva <i>Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques</i>	
Sobre os autores.....	239
Sobre os organizadores.....	249

education.  
l'education. Inclusion et  
g/search/c4a0d6c9-17ef-

o contrato social para a  
def 0000381115  
adell, O. (2019). Dialogic  
e success of cyberbullying  
ournal of Environmental  
3390/ijerph16060918

## CAPÍTULO 19

### TRABALHO EM REDE NAS ESCOLAS: OS TEIP, OS GAAF E AS POLÍTICAS DE DISCRIMINAÇÃO POSITIVA

Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques

#### INTRODUÇÃO

Na «escola para todos» (Vieira & Vieira, 2017) refletem-se muitos dos problemas sociais do mundo de hoje (Vieira, 2013) porque a escola é, ela própria, parte da realidade social. Consequentemente, muitas das questões que surgem na escola, em resultado do aumento substancial da multiculturalidade dos seus públicos, fogem à função tradicional do professor. Por isso, é de pensar que o espaço escolar seja igualmente ocupado com educadores sociais, animadores socioculturais, assistentes sociais, mediadores interculturais, etc., que atuem em vertentes mais socioculturais e sociopedagógicas, que cultivem outro tipo de relacionamento com os alunos, que tenham uma perspetiva diferente das realidades de cada um e que procurem, para além da escola, também, a compreensão e a ajuda para a resolução desses mesmos problemas. Estes profissionais especializados são fulcrais para que se possa fazer um trabalho de prevenção e de mediação, no sentido de prevenir situações que poderiam ser evitadas antes de situações extremadas como o *bullying* ou a indisciplina na escola.

João Amado (2000), especialista nesta matéria, sublinha a necessidade de termos de pensar a indisciplina no plural:

A meu ver, a primeira dessas consequências remete-nos para a necessidade de estabelecermos *níveis* diferenciados de indisciplina, como se falássemos de «indisciplinas» (no plural, portanto), diferentes pela sua natureza intrínseca, e não de uma só. Com efeito, quando falamos de indisciplina, não falamos sempre de um mesmo fenómeno, mas de uma diversidade de fenómenos por detrás de uma mesma designação. (p. 418; destaque do autor)

A escola reivindica a função de preparar os alunos para a vida social. Contudo, os que designa de «mais indisciplinados», aqueles que parecem «não educáveis», de acordo com a forma escolar, são, muitas vezes, afastados do sistema. Surge, assim, neste contexto, um espaço para a pedagogia social na escola através, particularmente, da mediação intercultural e da mediação sociopedagógica, a serem feitas na escola com as comunidades e outros profissionais sociais a trabalhar em rede com professores e educadores. Esse trabalho em rede terá de contar com outros técnicos a trabalhar a partir da escola, com a escola, mas também com as comunidades de onde provêm os alunos.

A Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPLeiria) tem investido, desde 2013, num Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social (MMIIS), único em Portugal, em boa parte para responder a estas necessidades emergentes (Vieira et al., 2024). Nele têm ingressado licenciados em Educação Social, Serviço Social, Animação Sociocultural, professores, juristas, etc., que aprofundam competências de pedagogia social na escola e de teoria e práticas da mediação intercultural e sociopedagógica para empoderar, autonomizar, e também para prevenir e evitar choques de cultura, tensões sociais e conflitos que, tantas vezes, estão por detrás do que a escola designa de indisciplina.

Um Agrupamento de Escolas da região de Leiria há mais de duas décadas que tem em funcionamento um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAP) com recursos humanos assegurados inicialmente pelo Projeto 'Escolhas' e, presentemente, pelo programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), com uma equipa multidisciplinar que tem incluído educadores sociais a par de professores, assistentes sociais e, também, psicólogos. Deste modo, este território educativo passa a funcionar como uma instituição inteligente que responde e reproduz, mas que também produz ideias, projetos e trabalho de âmbito sociopedagógico.

Efetivamente, se o professor contemporâneo quiser ensinar a aprender e se quiser lidar com a diversidade cultural e interpessoal sem criar desigualdades, tem de ser, ele próprio, um mediador dos choques de culturas, das tensões sociais e dos inevitáveis conflitos que surgem em âmbito escolar. Mas poderá o professor dar conta de toda a complexidade da escola? E terá mesmo preparação para isso? Cremos que não. Uma escola com a complexidade e multiculturalidade como a deste século não pode funcionar exclusivamente com o trabalho docente, isto se, de facto, quiser operacionalizar uma «escola para todos» (Vieira & Vieira, 2017). Tal não significa que o professor deixe de ser um mediador. A sua profissão é, também, tal como a dos interventores

a a vida social. Con-  
que parecem «não  
vezes, afastados do  
pedagogia social na  
ural e da mediação  
dades e outros pro-  
e educadores. Esse  
rabalhar a partir da  
de onde provêm os

ntstituto Politécnico  
num Mestrado em  
ico em Portugal, em  
(Vieira et al., 2024).  
iço Social, Animação  
m competências de  
iação intercultural e  
ém para prevenir e  
, tantas vezes, estão

ais de duas décadas  
o e à Família (GAAF)  
Projeto 'Escolhas' e,  
e Intervenção Priori-  
incluído educadores  
m, psicólogos. Deste  
uma instituição inte-  
uz ideias, projetos e

ensinar a aprender e  
l sem criar desigual-  
ues de culturas, das  
âmbito escolar. Mas  
escola? E terá mesmo  
m a complexidade e  
onar exclusivamente  
onalizar uma «escola  
o professor deixe de  
a dos interventores

socioculturais, relacional e tem, assim, de apostar na relação pedagógica para efetivamente produzir aprendizagens.

A mediação a realizar com as famílias e as comunidades terá, pois, de ser no sentido de ensinar a aprender a conviver, quer dizer, a «viver com» (Jares, 2007) todas as diferenças nos diversos espaços sociais. Desta forma, a mediação sociopedagógica é, simultaneamente, uma mediação socioeducativa, familiar e comunitária, sendo, além de preventiva, também de resolução de conflitos.

Abre-se, assim, um campo muito importante para a pedagogia social, seja de forma profissionalizante, através de educadores sociais e outros trabalha- dores sociais na escola, seja de forma transdisciplinar (áreas como formação pessoal e social, área-escola, educação para a cidadania...), através de profes- sores e outros técnicos educativos que deverão também ter formação em pedagogia social e em mediação intercultural e socioeducativa.

O programa TEIP é um bom exemplo das medidas *top-down* que privile- giam o trabalho social na escola e a intervenção sociopedagógica (Vieira & Vieira, 2017), com o recurso a animadores/mediadores no desenvolvimento dos projetos das escolas abrangidas por estes programas (Vieira et al., 2024).

Seguindo as tendências internacionais, designadamente a das ZEP (Zones d'Éducation Prioritaire), no contexto francês dos anos 80, Portugal imple- mentou, em 1996, os TEIP como uma medida educativa promotora de inclusão, enquadrada no combate às problemáticas do abandono e do insucesso escolar. O Despacho n.º 147-B/ME/96, que veio definir o seu enquadramento legal, sustenta, enquanto «objectivo primordial» dos TEIP, a promoção da «igual- dade do acesso e do sucesso educativo da população escolar do ensino básico». Com a intenção de empoderar a população e diminuir o insucesso escolar, os TEIP surgiram como um processo de intervenção educativa e discriminação positiva, com espaço para a intervenção dos atores locais e de profissionais da educação social, da animação, do serviço social e da psicologia, entre outros.

Por outro lado, os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) emer- giram no âmbito de novos projetos educativos e sociais nas escolas. Apesar de muitas escolas e/ou Agrupamentos de Escolas disporem da existência de um GAAF, neste texto reflete-se particularmente sobre os GAAF que surgiram através do incentivo do Instituto de Apoio à Criança (IAC), entidade que desenvolveu o conceito, em 1997, através do projeto «SOS Criança».

O IAC é uma instituição particular de solidariedade social que foi criada em 14 de março de 1983. Sendo uma associação sem fins lucrativos, tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança pensada de forma holís-

tica, com a sua epistemologia própria e sujeito dos seus direitos na saúde, na educação, na segurança social ou mesmo nos tempos livres. A ideia é motivar, divulgar e apoiar o trabalho dos interventores que se interessam pelas questões da infância em Portugal. É neste âmbito que surge o 'SOS Criança', projeto criado em 1988 com o intuito de dar voz às crianças e aos jovens que, em silêncio, vivenciaram angústias e sofrimentos diversos.

O trabalho em rede que decorre no âmbito dos GAAF permite encontrar soluções de financiamento de formação dos técnicos, acompanhado por uma avaliação do IAC dos objetivos, estratégias e resultados. Os profissionais de mediação intercultural e sociopedagógica, transmitindo a realidade social dos alunos aos Diretores de Turma (DT), contribuem, assim, para que sejam encontradas soluções possíveis e mais ajustadas para tais particularidades. Os pressupostos para a intervenção dos técnicos do GAAF baseiam-se no clima de confiança e de proximidade com os alunos, revelando-se uma estratégia que permite diagnosticar e intervir nos contextos de vida que os alunos vivenciam, de modo que o seu processo de integração social escolar seja conseguido.

Em síntese, estes gabinetes emergem no âmbito de projetos de mediação escolar baseados na inclusão, na responsabilidade partilhada, e tendo como meta contribuir para o desenvolvimento global da criança / do jovem num ambiente mais humano e facilitador da inclusão social e escolar. A ideia é trabalhar em rede com vista a combater o absentismo, o abandono escolar, a violência, a baixa autoestima e os riscos dos caminhos das diversas dependências, entre outros problemas sociais.

Enquanto instrumentos da mediação escolar do IAC, os GAAF têm como finalidade contribuir para o crescimento harmonioso e global da criança, promovendo um ambiente mais humanizado e facilitador da integração social. Têm como objetivos gerais atenuar situações de abandono, absentismo e violência escolares, prevenir a rutura da integridade física e emocional dos menores e o consumo de substâncias psicoativas. Especificamente, o GAAF do IAC pretende: contribuir para a reflexão e concretização do projeto de vida da criança, bem como para o desenvolvimento equilibrado das relações familiares; promover a ligação entre a escola e a família e entre os atores da comunidade escolar, como os alunos, os professores e os funcionários; articular intervenções com os apoios pedagógicos existentes na escola; e desenvolver e impulsionar a Rede de Apoio Social (RAS)<sup>1</sup>.

Ultrapassada a descontinuidade dos primeiros programas TEIP, estes prosseguiram maioritariamente sob a forma de Agrupamentos escolares.

<sup>1</sup> Cf. <https://iacrianca.pt>

feitos na saúde, na  
. A ideia é motivar,  
sam pelas questões  
'3 Criança', projeto  
os jovens que, em  
permite encontrar  
spanhado por uma  
Os profissionais de  
a realidade social  
m, para que sejam  
particularidades. Os  
ciam-se no clima de  
uma estratégia que  
s alunos vivenciam,  
seja conseguido.  
objetos de mediação  
ada, e tendo como  
ça / do jovem num  
e escolar. A ideia é  
bandono escolar, a  
as diversas depen-  
os GAAF têm como  
global da criança,  
la integração social.  
o, absentismo e vio-  
nocional dos meno-  
ate, o GAAF do IAC  
projeto de vida da  
relações familiares;  
res da comunidade  
articular interven-  
desenvolver e impul-  
gramas TEIP, estes  
amentos escolares.

Muitas outras gerações deste programa foram emergindo e povoando o espaço escolar português, mas não é possível dar conta, aqui, de todas as mudanças ocorridas.

Pesem embora as grandes transformações discursivas nos domínios da gestão, administração, supervisão e orientação escolares, materializáveis no trabalho em rede da escola com as famílias e as comunidades, passando pela abertura legislativa a novos projetos de índole sociocultural e sociopedagógica, assim como na via de acesso de novos profissionais socioeducativos para a escola, a par dos professores e educadores, muito caminho há ainda para trilhar até o trabalho em rede sair da exclusividade dos meandros discursivos e a pedagogia social ser vista com a sua autonomia específica e não apenas como uma alavanca de trabalhadores sociais indiferenciados.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. (2000). *Interação pedagógica e indisciplina na aula*. Asa Editores.
- JARES, X. R. (2007). *Pedagogia da convivência*. Profedições.
- MINISTÉRIO da Educação. (1996). Despacho n.º 147-B/ME/96. Diário da República, 2.ª Série, 177 (agosto): 10719.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação social e mediação sociocultural*. Profedições.
- VIEIRA, A., & Vieira, R. (2017). Mediações socioculturais em territórios educativos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Conceções e práticas de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 29-56). Edições Afrontamento.
- VIEIRA, A. M., Vieira, R., & Marques, J. C. (2024). Surgimiento y desarrollo de la pedagogía social en las escuelas: El caso portugués. *Pedagogía Social – Revista Interuniversitaria*, 44. [https://doi.org/10.7179/PSRI\\_2024.44.06](https://doi.org/10.7179/PSRI_2024.44.06)